



VALTER XAVIER

JF - DF

FLS. 0003

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

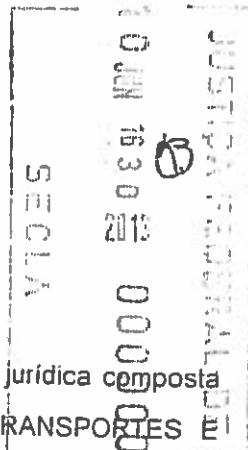
Dependência:

Processo nº 16.170-13.2013.4.01.34.00

Ação Declaratória de Nulidade



Vara 31519-56 2013 4 01.3400



CONSÓRCIO METROPOLITANO, sociedade sem personalidade jurídica composta das empresas TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA., COOTRANS - COOPERATIVA DE TRANSPORTES LTDA., MCS LOCAÇÃO, TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA. e CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES LTDA., neste ato representado, na conformidade do ato de sua constituição, pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.103.551/0001-79, com sede na Área de Desenvolvimento Econômico ADE, Quadra 402, Conjunto 01 Lote 17 - Recanto das Emas (DF), CEP 72.630-201, esta representada por seu sócio-administrador, o Senhor Marcos de Souza Lemos, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.073.327-SSP/DF e do CPF nº 364.453.801-82, e **TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.636.604/0001-30, sediada no SIA Trecho 02 Lotes nº 1220, 1230 e 1240 Parte "C" - Guará (DF), CEP 71.200-020, por seus mandatários bastante **(doc:01)**, vêm, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, invocando o disposto no parágrafo único do artigo 880 do Código de Processo Civil, requerer a

MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL

de

ATENTADO,

em desfavor da **UNIÃO** e do **DISTRITO FEDERAL**, ambos pessoas jurídicas de direito público interno, representados, respectivamente, pelo Advogado Geral da União e pelo Procurador Geral do Distrito Federal, que podem ser encontrados nas sedes da Advocacia Geral da União da 1ª Região e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, localizada aquela no Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco "E" Ed. PGU, e esta na Praça do Buriti, s/nº - Brasília (DF), e, ainda, dos litisconsortes adiante indicados - *porquanto beneficiários dos atos guerreados* -, com esteio nas razões de fato e de direito adiante exteriorizadas.





VALTER XAVIER

JF - DF

FLS. 0004

SECLA - NUCJU

I. Das publicações

Visando ao correto acompanhamento processual, realizado por intermédio das intimações no Diário da Justiça Eletrônico, a partir do sistema de informática do Tribunal e com auxílio dos serviços particulares contratados pelos causídicos dos postulantes, requerem sejam as publicações efetuadas em nome do seguinte patrono, sob pena de nulidade:

Valter Ferreira Xavier Filho – OAB/DF 3137

II. Dos fatos

Conforme registrado na ação principal, o primeiro requerente (CONSÓRCIO METROPOLITANO), composto de várias empresas e especialmente da segunda requerente (TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA.) foi constituído com o escopo de participar da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, instaurada pelo segundo demandado (DISTRITO FEDERAL) por intermédio da Secretaria de Transportes do Distrito Federal e tendo como objeto a outorga de Concessão Pública para Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (doc.02).

No cumprimento dos objetivos de sua criação, o primeiro requerente adotou as medidas necessárias para a sua efetiva participação no aludido certame, apresentando, no prazo estabelecido, os documentos exigidos pelo Edital respectivo, dentre os quais se destaca e no quanto interessava àquele feito a Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em 13/09/2012 e com validade até 12/03/2013, em relação à segunda requerente.

Sucedo, no entanto, que ao realizar o exame dessa documentação, o segundo demandado (DISTRITO FEDERAL) noticiou que a habilitação do primeiro autor (CONSÓRCIO METROPOLITANO) mereceu recusa em virtude da edição da Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013, publicada em 26/02/2013 pela primeira requerida (UNIÃO), por intermédio da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região, a qual cancelara a Certidão Conjunta supra referida, antes expedida em favor da segunda autora.



VALTER XAVIER

IF - DF

FLS. 0005

Surpresos, tanto o primeiro quanto a segunda requerente, os autores diligenciam para descobrir o que teria ocorrido, verificando que a dita Procuradoria Regional da Fazenda Nacional houvera instaurado o Processo nº 12221.000193/2013-14 em 15/02/2013 e resolvido cancelar, apenas cinco dias depois e sem qualquer oportunidade de defesa, ou seja, em 20/02/2013, os efeitos da certidão expedida em favor da empresa no dia 13/09/2012 e com validade até 12/03/2013.

Resgatada, de imediato e sem qualquer questionamento a pendência referida na precitada Portaria nº 47, por motivos óbvios, o primeiro requerente submeteu ao segundo requerido o pleito de reexame da indigitada recusa de habilitação, destacando a manifesta e evidente nulidade do ato praticado pela primeira demandada; todavia, sem êxito.

Diante dessa recalcitrância no reconhecimento voluntário do direito dos autores, haja vista que a espécie revelava flagrante desrespeito a comando constitucional expresso e objeto, inclusive, de precedente jurisprudencial no nível de repercussão geral admitida pelo excelso Supremo Tribunal Federal, os requerentes residiram em juízo por intermédio da ação principal em testilha (Processo nº 16.170-13.2013.4.01.34.00), em trâmite perante esse douto Juízo da 21ª. Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Na sequência, esse respeitável Juízo concedeu a antecipação de tutela vindicada, além de determinar a citação dos réus como de estilo, instaurando-se, de modo válido e eficaz, o litígio judicial sobre a Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, instaurada pelo segundo demandado (DISTRITO FEDERAL) por intermédio da Secretaria de Transportes do Distrito Federal e tendo como objeto a outorga de Concessão Pública para Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, com todos os consectários daí emergentes.

Entretanto, e apesar do inequívoco direito a autorizar a concessão da antecipação de tutela em relevo, o tema sobrou submetido ao egrégio Tribunal Regional Federal dessa 1ª. Região por intermédio do Agravo de Instrumento nº 0023623-74.2013.4.01.0000/DF, manejado apenas pela primeira requerida (UNIÃO), distribuído à relatoria do eminente Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, vindo a lume, nesta semana, a decisão da lavra de outro insigne magistrado de segundo grau que, em substituição ao relator original, houve por bem suspender a eficácia da liminar adrede concedida por esse respeitável Juízo (**doc.03**).

Sucede, no entanto, que embora se encontre de imediato desafiado referido decisório por intermédio do recurso pertinente manejado pelos aqui requerentes, durante a vigência da antecipação de tutela e tão logo veio a notícia da suspensão de eficácia da liminar – *que determinava a abertura das propostas dos autores e sua análise pelo segundo demandado (DISTRITO FEDERAL)* – este último praticou, em conluio com os litisconsortes desta medida cautelar, atos que perseguem e visam, sem dúvida alguma, prejudicar a apreciação judicial do direito vindicado no feito principal, em



VALTER XAVIER

FLS. 0006

JF - DF

franco atentado à dignidade da Justiça e sua materialização no caso concreto, porquanto ausente desses pactos qualquer condicionante em relação à ação principal de que se cuida (doc.04).

Supérfluo consignar, por outro lado, que a licitação em destaque encontra-se recheada publicamente de acusações de favorecimento aos licitantes apontados como vencedores pelo segundo demandado (DISTRITO FEDERAL), o que se pode inferir da documentação ora acostada (doc.05).

Note-se, por outro lado, que a primeira demandada (UNIÃO) encontra-se no presente feito porquanto seus agentes, em evidente e indisfarçável conluio, ousaram praticar atos capazes de tipificar excesso de exação em face da segunda autora em procedimento viciado *ab ovo*, conforme se extrai dos documentos ora em anexo (doc.06).

III. Dos litisconsortes passivos necessários

Conforme referido alhures, os atos caracterizadores de atentado foram praticados em favor das empresas HP Transportes Coletivos Ltda., Ita Empresa de Transportes Ltda., Auto Viação Marechal Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., porquanto celebrados ilegalmente os contratos nº 007/2013, 008/2013 e 11/2013.

Destarte, indispensável a citação, na qualidade de litisconsortes passivos necessários e na pessoa de seus representantes legais, das sociedades empresárias adiante relacionadas, para que experimentem os efeitos da decisão judicial ora perseguida e para que esta não se torne inócua:

• **CONSÓRCIO HP-ITA**, sociedade de fato e sem personalidade jurídica composta das empresas HP Transportes Coletivos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, como sede na Avenida dos Alpes, 450, Setor União, CEP: 74310-907; Telefone: (62)3095-9200, e Ita Empresa de Transportes Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Marginal Norte Q 1, 216 It 1/12 - Setor Marechal Rondon, Goiânia - GO (62) 3211-2160;

• **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Tapajós, 851, Bom Retiro, Curitiba (PR), Telefone +55 (41) 3523-7422; e
CEL. 30920-260

• **VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Estrada Antônio Abdalla 235 Jardim Califórnia - CEP 13424700 Piracicaba (SP).



VALTER XAVIER

JF. DF

FLS. 0007

SECLA - NUCJU

IV. Do direito

Com efeito, determina a legislação processual civil em vigor.

"Art. 879. Comete **atentado** a parte que no curso do processo:

(...)

III – pratica qualquer outra inovação ilegal no estado de fato." (Código de Processo Civil)

E ensinam os doutos:

"4. Inovação ilegal no estado de fato: Quis o legislador prescrever regra de extensão, **indicando o caráter exclusivamente exemplificativo do dispositivo sob análise**. Mas a inovação no estado de fato deve ser, para a configuração do atentado, sempre ilegal, repousando em ato ilícito perpetrado por uma das partes do processo, **concretamente impondo alteração na situação fática**. A alteração do pedido e da causa de pedir (CPC, art. 264), bem como a consideração, na sentença, de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito surgido depois da propositura da ação (CPC, art. 462), explicitam alterações na situação de fato sem que se possa vislumbrar atentado. Também é necessário ressaltar que a presença do elemento normativo representado pela ilicitude importa verificação de dolo ou culpa, de modo que se afasta do atentado responsabilidade puramente objetiva."¹

"A norma jurídica que enfrentamos tem caráter nitidamente residual, porquanto abrange todo e qualquer outro ato da parte que se enquadre na categoria reconhecida em termos gerais pelo texto como inovação ilegal no estado de fato. Diferentemente das previsões anteriores (incs. I e II), a violação aqui contemplada não tem por objeto atos praticados pelo juiz (penhora, arresto ou liminares), mas sim a própria situação fática existente quando do ajuizamento da ação principal e que, por razões óbvias, deve ser

¹ DE PAULA, Paulo Afonso Garrido. *CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INTEPRETADO*, Editora Atlas, São Paulo, 2ª. edição, pp. 2400/2401.



VALTER XAVIER

JF - DF

FLS. 0008

SECLA NUC III

mantida inalterada até que, por sentença, o magistrado disponha sobre a mesma." ²

3. O atentado, como manifestação consistente na **alteração do estado fático da lide influente para o desate da causa**, pode ocorrer em qualquer processo. Impõe-se, contudo, esclarecer que, quando a ação é proposta, as partes não se imobilizam em relação ao bem sobre o qual gravita a lide. Nesse sentido, não se vislumbra na fruição normal da coisa ou na continuação de atos anteriores à lide (qui continuat non attentan). Assim, v.g., 'em ação de usucapião, como posse justificada, o usucapiente pode construir no imóvel; ao revés, há inovação no estado de fato e portanto comete atentado o réu que em ação reivindicatória procura valorizar o imóvel erigindo benfeitorias úteis no bem, ou o demandado que violando liminar deferida aumenta em extensão a sua infringência à posse alheia. De toda sorte, é imperioso assentar-se que só **há atentado quando a inovação é prejudicial à apuração da verdade**. O atentado pode ocorrer a qualquer tempo, inclusive, após a condenação e na relação de execução.' (Luiz Fux, in, Curso de Direito Processual Civil, 3ª edição, Editora Forense, páginas 1637/1638)³

"É cabível a ação de atentado com vistas a preservar um "status quo" em discussão na via judicial." ⁴

"A medida cautelar de atentado objetiva a **recomposição** de situação fática alterada por uma das partes, de forma indevida, no curso do processo, **com prejuízo para a outra parte**." ⁵

"1. A Medida Cautelar de Atentado, assim, tem a finalidade de recompor situação fática, alterada indevidamente por uma das

² MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INTERPRETADO, Manole, Barueri, SP, 7ª. edição, p. 1229.

³ STJ, 1ª. Seção, MS 11308-DF, rel. Min. Luiz Fux, j. 09.04.2008, DJc 19/05/2008, unânime.

⁴ STJ, 6ª. Turma, REsp 49122-RJ, rel. Min. Anselmo Santiago, j. 19/05/1998, DJ 09/11/1998, p. 179, unânime.

⁵ TRF1, 3ª. Turma Suplementar, AC 2000.38.00.000879-4-MG, rel. Des. Fed. Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, j. 29/08/2012, e-DJF1 21/09/2012, p. 1450, unânime.



VALTER XAVIER

JF - DF

FLS. 0009

partes, no curso do processo; a alteração é no estado da lide, não no estado jurídico e deve resultar algum prejuízo à parte contrária. Referida Medida tem por pressupostos específicos que haja um processo em andamento e prejuízo a uma das partes.

2. A ação cautelar tem por objeto garantir a eficácia ao processo principal, sendo necessária para a concessão da medida a aferição da presença do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.⁶

Por outro lado, irrelevante o fato de ter ocorrido a concessão e a posterior suspensão da eficácia da antecipação de tutela concedida em favor dos autores, haja vista que a medida de atentado pressupõe, especificamente, a ausência de qualquer provimento liminar favorecendo a parte em tese prejudicada pela inovação ilegal, porquanto, existindo decisão judicial desobedecida, não poderia ser utilizada a cautelar em destaque. Recorde-se:

*"O descumprimento de medida liminar deve ser apurado nos autos em que concedida, não justificando o ajuizamento de ação cautelar de atentado."*⁷

Ressalte-se, demais disso, que o segundo demandado original (DISTRITO FEDERAL) não manifestou qualquer inconformismo em face da precitada antecipação de tutela, limitando-se, em um primeiro momento, a descumpri-la flagrantemente – *conforme reconhecido de modo expresso pelo eminente magistrado em interpretação autêntica* –, e, em um segundo momento, literalmente desconsiderar a existência da lide em curso e a repercussão de seu ato, realizando conduta que, além de ser considerada *"inovação ilegal na situação de fato da lide"*, ainda deve ser considerada revelação inequívoca de improbidade administrativa dos respectivos agentes públicos por vilipêndio insofismável das regras básicas da licitação pública. Confira-se:

"Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

⁶ TRF1, 1ª. Turma, AC 1999.39.00.003223-1-PA, rel. Des. Fed. Guilherme Mendonça Doepler, j. 24/02/2010, e-DJF1 30/03/2010, p. 324, unânime.

⁷ TRF1, 3ª. Turma Suplementar, AC 1999.01.00.085134-2-DF, rel. Des. Fed. Moacir Ferreira Ramos, j. 08/05/2003, DJ 12/06/2003, p. 117.



VALTER XAVIER

JF - DF

FLS. 0010

VIII - frustrar a lícitude de processo indevidamente." (Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992).

Secretaria de Justiça

Diante do exposto, resultando evidente que a conduta perpetrada pelos agentes do segundo demandado (DISTRITO FEDERAL) evidencia a tentativa de evitar, de modo manifesto, a análise de mérito da causa proposta, prejudicando ostensivamente a apuração da verdade e da eficácia da provável sentença a ser prolatada em favor dos autores, com olhos postos em indisfarçável construção de "fato consumado" ⁸, ao arripio do direito e da própria existência do Poder Judiciário, impõe-se o julgamento pela procedência do pedido de atentado.

V. Do pedido

Fortes em todo o exposto e contando com os doutos e inestimáveis subsídios intelectuais de Vossa Excelência, bem como afirmando a autenticidade das cópias ora apresentadas, nos termos do inciso IV do artigo 365 do Código de Processo Civil, os autores pedem:

- a) Seja determinada a citação da UNIÃO, do DISTRITO FEDERAL e das pessoas jurídicas de direito privado indicadas no item III, retro, na pessoa de seus respectivos representantes legais e nos endereços de início mencionados para apresentarem no prazo legal, querendo, a resposta que se reputar pertinente e oportuna, pena de experimentarem os efeitos da revelia;
- b) Sejam produzidos todos os meios de prova em Direito admissíveis;
- c) Seja, a final, julgado procedente o pedido e determinada a suspensão da causa principal e a proibição de os réus falarem nos autos daquela demanda até a purgação do atentado, com o restabelecimento da situação fática existente na data da propositura da ação principal (04/04/2013), de modo que não produza qualquer efeito jurídico irremediável, desde a sua edição, a Portaria nº 47, expedida pela UNIÃO por intermédio da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região no dia 20 de fevereiro de 2013 e publicada no dia 26 de fevereiro de 2013, inclusive e principalmente os efeitos dela decorrentes na Licitação objeto da Concorrência Pública nº 1/2011-STPC, de início referida e em curso sob a responsabilidade do segundo demandado (DISTRITO FEDERAL);
- d) Sejam, ainda, condenados os requeridos, solidariamente, a ressarcir os autores das perdas e danos experimentados por força do atentado, conforme se apurar em liquidação, inclusive

⁸ "A teoria do fato consumado é discutível criação jurisprudencial, cuja invocação, quando admitida, somente é cabível em situações especialíssimas, mormente quando se preserva situação decorrente de liminar, embora irregular e ilegal, porque consolidada no tempo e irreversível." (STJ, 3ª. Seção, EREsp 696987-DF, rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 24/05/2006, DJ 21/08/2006, p. 232).



VALTER XAVIER

JF - DF

FLS. 0011

com a sucessão nos contratos administrativos realizados e retro mencionados, além das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios fixados por Vossa Excelência na conformidade do previsto pelos §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.


e) Finalmente, seja remetida cópia do presente feito ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 40 do Código de Processo Penal, haja vista a materialização, segundo a ótica dos requerentes, do delito de excesso de exação (art. 316, § º, CPº) perpetrado pelos agentes da primeira demandada.

Distribuída e autuada esta com os documentos que a instruem, dá-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).


Termos em que pedem e esperam deferimento.


Brasília (DF), 05 de junho de 2013.


VALTER FERREIRA XAVIER FILHO
OAB/DF 3137


CATIÚSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA
OAB/DF 31.804


GABRIEL DA SILVA PIRES DE SÁ
OAB/DF 31.804


CAMILA ARAUJO MARTINS
OAB/DF 34.733


RAYAN DE JESUS NONATO
OAB/DF 34.900

FELIPE CIANNI DE LARA RESENDE
OAB/DF 37.870

⁹ Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa. § 1º - **Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:** Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.



CÓPIA

JUSTICA FEDERAL-DF
15 ABR 10 11 22 015135
PROTOCOLO NUCJU
RELCIO Nº 16

PROCESSO N.º 31519-56.2013.4.01.3400

AUTOR: ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. (CONSÓRCIO
METROPOLITANO) E TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA.

RÉU: DISTRITO FEDERAL E OUTROS

O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador adiante assinado e regularmente constituído por força de lei, no exercício regular das atribuições do cargo, com domicílio na SAIN, Bloco I, Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, poderes **ex lege**, vem, nos autos da Ação Cautelar em epígrafe identificada, prestar os seguintes esclarecimentos em relação ao caso dos autos:



1. DO NECESSÁRIO INTRÓITO

Alegam os autores na peça de ingresso que o consórcio, primeiro autor, foi constituído a fim de participar da Concorrência Pública nº 01/2011 – ST/DF promovida pelo Distrito Federal com o objetivo de delegar, por meio de concessões, o serviço de transporte público do Distrito Federal.

Afirmam que apresentou todos os documentos exigidos para a sua habilitação no certame, inclusive Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Contam, ainda, que quando do exame dos seus documentos de habilitação apresentados pela Comissão Licitante, aquele colegiado houve por bem inabilitá-los, pois, em diligência junto à Receita, identificou-se que, por meio da Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013, a Procuradoria Regional da 1ª Região havia “cancelado” a certidão citada acima.

Aduzem que, ante tal situação, ajuizaram ação perante este Eminente Juízo – ação principal – com o objetivo de anular a decisão que revogou a sua certidão, bem como buscar a sua habilitação no certame.

Narram que este Eminente Juízo, naquela demanda, antecipou os efeitos da tutela consistente na suspensão do certame e que, em ato contínuo, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, examinando o agravo de instrumento interposto pela União, houve por bem cassar a decisão de primeiro grau.

Afirmam, mas sem qualquer definição lógica que os demandados nesta ação cautelar, agindo em conluio, praticaram atos tendentes a prejudicar a apreciação judicial do direito vindicado no feito principal.

Concluem que, com a prática destes supostos atos pelos réus, surgiria em seu favor o direito de manejar a presente ação cautelar de atentado.



Em breve síntese era o que tinha de relevante a ser relatado.

2. DO REAL PROPÓSITO DOS AUTORES E DA REALIDADE DOS FATOS

Sob o falso argumento de ter ocorrido atentado nos autos da ação principal, os autores, ao final de sua confusa narrativa, formulam pedido no seguinte sentido:

"c) Seja, a final julgado procedente o pedido e determinada a suspensão da causa principal e a proibição de os réus falarem no autos daquela demanda até a purgação do atentado, com o restabelecimento da situação fática existente na data da propositura da ação principal (04/04/2013), de modo que não produza qualquer efeito jurídico irremediável, desde a sua edição, a Portaria nº 47, expedida pela União por intermédio da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região no dia 20 de fevereiro de 2013 e publicada no dia 26 de fevereiro de 2013, inclusive e principalmente os efeitos dela decorrentes na Licitação objeto da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC, de início referida e em curso sob a responsabilidade do segundo demandado (DISTRITO FEDERAL);"

Com o pedido formulado nestes termos, resta claro que a real intenção dos autores é, por vias transversas, reformar o posicionamento já consolidado no âmbito do Egrégio TRF da 1ª Região sobre o tema, tal como ficou plasmado no acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento n.º 0023623-74.2013.4.01.0000/DF.

Ademais, esqueceram-se de mencionar, os autores, que o Distrito Federal fez uso do Pedido de Suspensão de Segurança para fazer prevalecer o interesse público primário.

Com efeito, o Distrito Federal formulou Pedido de



Suspensão de Segurança diretamente ao Presidente do Egrégio TRF da 1ª Região, o qual, após ser tombado sob o nº 0030008-38.2013.4.01.0000/DF, foi acolhido na sua inteireza, nos seguintes termos:

"Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.

Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas"

Isto quer dizer que não procede a alegação formulada pelos autores segundo a qual o Distrito Federal teria permanecido inerte ante a liminar deferida por este Eminente Juízo nos autos da ação principal.

Em conclusão, percebe-se que, ao contrário do que quanto afirmado pelos autores, o Distrito Federal atuou ativamente na suspensão dos efeitos da liminar proferida nos autos da ação principal, atuação esta totalmente exitosa. Além disso, claro está que o real intento dos autores é valer-se dessa via da ação cautelar para revisar o posicionamento já firmado pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o que não pode ser tolerado por este Eminente Juízo.

3. DAS PRELIMINARES

Definitivamente, não dá para se compreender o que



consta da peça ingresso. A narrativa fática é confusa e a fundamentação jurídica é praticamente inexistente, além de não existir sequência lógica na argumentação que possibilite ao leitor entender o que realmente estão alegando os autores.

Por conta disso, não resta outra opção a este Eminentíssimo Juízo, senão extinguir o processo sem resolução do mérito por inépcia da petição inicial, tal como ora se passa a expor:

3.1 Da inépcia da petição inicial: ausência de fundamentação.

Como é cediço, como regra, as hipóteses de indeferimento da petição inicial, em decorrência da sua inépcia, terão lugar quando a peça de ingresso contiver algum vício, quer seja na causa de pedir, quer seja no pedido, consoante a exegese do parágrafo único do artigo 295 do Código de Processo Civil.

Dito de outra forma, todas as vezes em que a petição inicial contiver vício na sua causa de pedir ou no seu pedido, o seu indeferimento é o desfecho inafastável, tal como determina o inciso I do artigo 295, combinado com o seu parágrafo único, do Código de Ritos.

No caso dos autos, basta uma rápida leitura da peça de ingresso para se ter a clara certeza de que lhe falta a causa de pedir. Isto mesmo, não há qualquer fundamentação jurídica que sirva de consequência lógica ao pedido.

Ao viciar a sua petição inicial com a inexistência de causa de pedir, os autores atraíram a aplicação do artigo 295 combinado com o seu parágrafo único, I, do Código de Processo Civil, segundo o qual:

"Art. 295. A petição inicial será **indeferida**:

I - quando for inepta;



[...]

*Parágrafo único. Considera-se **inepta** a petição inicial quando:*

*I - lhe faltar pedido ou **causa de pedir**;" - negritos nossos.*

Desta forma, é inegável que outro não deve ser o fim deste processo, senão a sua extinção sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, I, do CPC, por ser inepta a petição inicial.

4. DO MÉRITO

4.1 Das razões para a improcedência do pedido

Em que pese seja certo o acolhimento da preliminar antes suscitada, em homenagem ao princípio da eventualidade, cumpre ao Distrito Federal demonstrar as razões pelas quais o pedido deve ser julgado improcedente.

Os autores invocam o inciso III do artigo 879 do Código de Processo Civil para fundamentar a sua pretensão. Segundo este dispositivo, comete atentado que, no curso do processo principal, pratica qualquer outra inovação ilegal no estado de fato.

Definitivamente, não é o caso de atentado!!!

Afirma-se isso, pois nenhum dos réus da presente demanda praticou "*qualquer outra inovação ilegal no estado de fato*" em relação aos autos do processo principal.

O que aconteceu foi exatamente o seguinte: foi proferida liminar por este Eminentíssimo Juízo consistente em suspender o andamento do certame objeto de impugnação até que fosse admitida a habilitação dos autores. Ao tomar ciência de tal decisão, a União manejou recurso de agravo de



instrumento e o Distrito Federal fez uso do Pedido de Suspensão de Segurança.

Ambos, tanto o recurso de agravo manejado pela União, como o Pedido de Suspensão de Segurança proposto pelo Distrito Federal, foram acolhidos/providos pelo Tribunal, razão pela qual os efeitos da decisão de primeira instância quedaram-se suspensos.

Uma vez suspensos os efeitos da decisão proferida por este Eminentíssimo Juízo, outra não deveria ser a conduta do Distrito Federal, senão prosseguir com o procedimento licitatório, inclusive com a assinatura e execução dos contratos objeto de impugnação em juízo.

Ante tal situação, é de se questionar: qual foi a inovação ilegal no estado de fato praticada pelas partes rés nesta demanda? Obviamente, nenhuma!

Com efeito, não há falar-se em inovação ilegal no estado de fato em relação à ação principal, uma vez que os fatos se desenvolveram após a prolação da liminar somente vieram a ocorrer justamente porque os seus efeitos foram suspensos pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, após a provocação pela União e pelo Distrito Federal.

Nessa perspectiva, por não se enquadrar, a fundamentação delineada pelos autores, na hipótese prevista no inciso III do artigo 879 do Código de Ritos, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

5. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ante todo o delineado, requer o Distrito Federal que seja acolhida a preliminar de inépcia da petição inicial e, em consequência disso, seja extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, I, do Código de Processo Civil.

Caso não seja este o entendimento deste Eminentíssimo Juízo, o que se admite somente para argumentar, requer, sucessivamente, o



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD**



Distrito Federal, seja julgado totalmente improcedente o pedido constante da peça ingresso, pois, como restou demonstrado, não se trata da prática de atentado, mas sim manobra engendrada pelos autores para, por meio da presente demanda, atingirem o bem da vida perseguido nos autos da ação principal, cuja eficácia encontra-se suspensa pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 11 de abril de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL